

**ESTADO NOVO: COMO A PROPAGANDA E A CENSURA FORAM UTILIZADAS NA
FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL ESPECÍFICA**

1^a edição

SÃO PAULO

2024

AUTORA

Enide Caixeta dos Santos

Licenciatura em História e Pedagogia.

**Especialista em Educação, Filosofia e Ensino de Filosofia,
História e Ensino de História e Especialista em Gestão Educacional**

Atuação:

Rede Pública Estadual do Estado de São Paulo

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza -SP

Conselho Editorial

Carla Denise Vital Prini

José Eduardo P. Netto

Letícia Alvares F.Silva

Coordenação

Liliane Giglio Figueiredo Pereira

Editor

Glaucia Pereira da Silva

Ilustração

Leandro Moreira

Autores desta Edição

A responsabilidade sobre o livro é integralmente dos seus respectivos autores

Enide Caixeta dos Santos

Publicação

ORGÃO DE CLASSE

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

Registrado na Câmara Brasileira do Livro

sob o nº: 978-65-00-99083-6



Clube de Autores Publicações S/A

CNPJ: 16.779.786/0001-27

Publicado em 05 de abril de 2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO PÚBLICA (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

ESTADO NOVO: COMO A PROPAGANDA E A CENSURA FORAM UTILIZADAS NA FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL ESPECÍFICA / SANTOS, Enide Caixeta dos

p.29

ISBN:978-65-00-99083-6

Publicação Digital: Livro Impresso: PDF

Modo de Acesso: <https://clubedeautores.com.br/books>

1. Estado Novo 2. Pacto social 3. Trabalhismo

Ilustração: Leandro Moreira

CDD: 3 7 2 . 8 9

Índice para Catálogo Sistemático:

1. Educação 370

PREFÁCIO

Neste livro, procuramos compreender o Estado Novo, o projeto de governo e os mecanismos utilizados para a construção e disseminação dos interesses governamentais. Com a intenção de promover a modernização de nosso país, o Estado articulou, através de uma política nacionalista, corporativista e centralizadora a ideologia do trabalhismo. A possibilidade de se formar uma nova nação, segundo os valores do Estado passa pela formação de uma identidade nacional coletiva e por consequência de um pacto social. Assim, o Estado ao consolidar sua política utilizava a propaganda para promoção de suas ações e “benefícios”, principalmente trabalhistas, oferecidos pelo “bem feitor” Getúlio e a censura da cultura através dos meios de comunicação para cercear a democracia. Buscamos desenvolver nossa reflexão através das linguagens visuais e escritas constantes nos discursos do governo, das imagens divulgadas pelos órgãos governamentais e produções artístico-musicais que influenciaram na formação do imaginário popular durante este período, objeto de nossos estudos

A autora.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2.	O PROJETO ESTATAL.....	11
3.	A UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS DE MASSA PELO ESTADO NOVO.....	17
4.	A INVASÃO DOS ESPAÇOS COLETIVOS ATRAVÉS DA CENSURA.....	23
5.	ESTADO NOVO :UM PERÍODO COM CARACTERÍSTICAS MUITO ESPECÍFICAS.....	26
	REFERÊNCIAS.....	28

1.INTRODUÇÃO

O governo de Getúlio Vargas com início na década de 1930 marca a passagem de uma economia essencialmente agrária, vinculada às elites mineira e paulista, cujo principal produto agrário-exportador era o café, para uma economia nacionalista, de valorização da produção interna industrial. Com a ascensão da burguesia e o crescimento do proletariado urbano temos uma nova configuração social no cenário brasileiro. Para Eli Diniz este período marca a transição para uma nova ordem:

Eis por que esse momento pode ser considerado um marco, já que possibilitou o trânsito de uma sociedade com perfil agrário, nitidamente subordinado à clássica divisão internacional do trabalho — caracterizada pelo desequilíbrio entre os países exportadores de produtos industrializados, por um lado, e os exportadores de bens primários e matérias-primas, por outro —, para uma sociedade mais complexa e diferenciada. Observa-se, portanto, uma ruptura, um corte com esse passado e a passagem para outro patamar histórico, mediante a introdução de mudanças significativas. É no período que se estende de 1933 a 1939 que efetivamente se desencadeia o processo de industrialização no Brasil.

Neste cenário de interesses contrários, de mudanças políticas que marcam o contexto internacional, com a crise de 1929, a implantação dos regimes totalitários e a Segunda Guerra Mundial, observamos no Brasil a passagem de um governo provisório e democrático para outro, posteriormente, a partir de 1937, ditatorial, denominado de Estado Novo, mediante uma mesma liderança: Getúlio Dornelles Vargas.

Aspásia Camargo considera a dificuldade da abordagem sobre as mudanças e permanências do governo. Com relação às permanências afirma que a política é marcada pelo tradicionalismo e pelos interesses de grupos regionais e mesmo com uma política centralizadora e nacionalista, como ocorreu durante os anos 30, nos quais os estados tendiam a se manterem fragmentados e questões como as distâncias geográficas e desigualdades regionais representavam a continuidade e um desafio para a unidade nacional e o federalismo.

Em nosso livro, procuraremos dialogar com as questões apresentadas anteriormente e a maneira pelas quais rupturas aconteceram no Estado e dentre elas como foi proposta para a construção de uma nova identidade nacional pelo presidente neste período como forma de se promover o desenvolvimento da nação.

Observamos também, durante o transcorrer de nossas pesquisas que era fundamental para o governo mediar os interesses entre patrões e empregados, para atingir o desenvolvimento, fato que nos ajuda a entender a interferência constante do Estado nos meios de comunicação.

Procuramos analisar segundo a historiografia duas leituras sobre o Estado Novo, a primeira sobre a maneira pela qual o Estado, no seu papel de interventor, disseminou durante a ditadura Getulista seu projeto de governo e na segunda pesquisamos como ao mesmo tempo censurou outras formas de pensamento e expressão.

Na medida em que ouvimos as vozes que por vezes foram silenciadas, nesta relação do passado com o presente, através da multiplicidade dos sujeitos e de suas memórias que compõem o dia-a-dia do brasileiro e que se entrelaçam com o discurso estatal é que a História passa a ser compreendida e reconstruída. Questões como: Quais foram os interesses presentes no governo e como estes interesses são expostos à comunidade? Quais foram os mecanismos utilizados pelo governo para a construção e disseminação dos ideais do Estado Novo presentes na cultura? Estas questões são hipóteses com as quais iremos dialogar no transcorrer de nosso artigo.

A construção do imaginário popular será analisada através das linguagens visuais e escritas constantes nos discursos do governo, das imagens divulgadas pelos órgãos governamentais e produções artístico-musicais, durante o Estado Novo.

O mito de Getúlio traduz a criação de uma identidade aceita pela coletividade que é construída através dos discursos disseminados pelos meios de comunicação. Denis Rolland ao escrever sobre a imagem do presidente Getúlio Dornelles Vargas estabelece esta ligação entre o mito e sua imagem: “o mago dominante que encarna as forças inconscientes da alma nacional – e também homo faber, representante do Estado e da política nacional”.

O projeto estatal, como já dissemos, apresenta tendências de construção de um novo modelo nacionalista, que segundo Rolland demonstra sua ambiguidade na medida em que mesmo controlando os mecanismos midiáticos para a promoção do Estado Novo cede espaço aos intelectuais para criação: “No âmbito do Estado Novo, os intelectuais

são chamados a participar na construção da cultura nacional”

Se os intelectuais são chamados a participar deste projeto nacional durante o governo Vargas, por outro lado é necessário atribuir voz a esta nova fase que agrega valor político-social ao regime, por isso, a propaganda do discurso político foi um recurso fundamental para se atingir através dos meios de comunicação de massa a população de modo geral.

A propaganda, portanto, ganha a dimensão de um discurso político capaz de extravasar os restritos círculos de elite e atingir um público mais amplo, para o que era essencial o recurso a uma linguagem centrada em imagens, símbolos e mitos. A propaganda surge assim como discurso que trabalha tanto com a palavra escrita e os argumentos racionais de convencimento, quanto com uma linguagem imagética de forte conteúdo emocional e de leitura fácil, mas que precisava de divulgação para ser aprendida pela população a que se destinava.

Tanto o que é silenciado pelo regime quanto aquilo que é objeto de valorização faz parte de uma ação política calculada que mantém um diálogo entre o Estado corporativo e a pluralidade de interesses existentes na sociedade brasileira. Flávio Limoncic cita Phillippe Shmitter que apresenta o conceito de corporativismo como um sistema de representação de interesses, cujo caráter autoritário e normativo se contrapõe as ordens político-democrático e pluralista, fato que nos auxilia na compreensão das posições assumidas pelo Estado brasileiro durante o governo.

Interessa-nos notar a capacidade de antecipação e articulação do Estado mediante os conflitos sociais e trabalhistas do período, mantendo sua ação reguladora nas relações entre a burguesia e o proletariado através do pacto trabalhista.

Questões como a mitificação do Estado e valorização da “construção de um novo Brasil”, da promoção de uma identidade nacional e paralelamente o rompimento com os estrangeirismos, da valorização do trabalho em detrimento da malandragem são de interesse nacional e delineiam o caminho pelo qual o Estado intervêm na cultura ao determinar quais valores serão repassados às massas.

Em dezembro de 1939, é criado o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), órgão que estava sob a tutela do Estado, na pessoa do presidente e tinha como objetivo central a promoção do regime. Foram três objetivos extraídos da Legislação Federal como fundamentais e que reiteramos em nosso artigo como objetivos do DIP:

- 1) Centralizar, coordenar, orientar e supervisionar a propaganda nacional, interna, servir [...] de agente complementar à informação.
- 2) Censurar o teatro, o cinema, os lazes e o esporte [...] a literatura social e política e a imprensa.
- 3) Promover, organizar, patrocinar manifestações [...] que revelem as atividades governamentais [...] nacionais e estrangeiras.

Ao analisarmos algumas das produções culturais do período, verificaremos a atuação do DIP, com o objetivo de compreendermos a maneira pela qual a propaganda foi utilizada para validar a ideologia do Estado Novo, assim como a educação foi utilizada para inculcar os valores estabelecidos pelo governo de Vargas, valores estes alinhados com o regime ditatorial, portanto “politicamente corretos” e ao mesmo tempo como outras formas de pensamento foram silenciadas através da censura ou repressão da livre manifestação popular.